

Aliados tentam pacto contra processo

Partidos discutem saída conjugada para evitar cassação de Arruda e ACM e impedir CPI

GERSON CAMAROTTI
e CIDA FONTES

BRASÍLIA – Líderes dos partidos aliados e integrantes do governo iniciaram ontem uma movimentação para fazer um acordo entre PMDB, PSDB e PFL para evitar um processo de cassação dos senadores José Roberto Arruda (PSDB-DF), Antonio Carlos Magalhães (PFL-BA) e Jader Barbalho (PMDB-PA), que preside a Casa. Essa iniciativa também tem como objetivo neutralizar a criação da CPI da Corrupção, que paralisaria o governo e o Congresso.

Ainda não existe uma ordem expressa do Palácio do Planalto para adotar a estratégia. “Mas não houve uma proibição para colocar o plano em prática. Pelo contrário”, explicou um tucano. A maior resistência é de ACM. Questionado se não era hora de um acordo, ACM demonstrou restrições ao acordo com Jader. “Como eu posso fazer uma trégua, se o próprio Fernando Henrique diz que o caso é gravíssimo”, explicou a um tucano.

Em compensação, o próprio Jader deu demonstrações de que estava na hora de fazer um pacto. “Precisamos acabar com isso”, desabafou o presidente do Senado a um senador aliado. “Não aguento mais.”

Uma prova de que a tentativa de acordo para evitar a cassação dos senadores está sendo

colocada em prática foi a permanência provisória de Arruda no cargo de líder do governo. A manutenção foi decidida em reunião de quase duas no gabinete de Jader e comunicada, por telefone, a Fernando Henrique.

Depois de longa discussão sobre o clima envolvendo aliados, foi cogitado que a saída de Arruda, mesmo temporária, serviria para abrir precedentes. “Qualquer pessoa atingida por denúncias teria de deixar o cargo”, ponderou um parlamentar, preocupado com o “efeito dominó” da atitude de Arruda. Mas a decisão incomodou os integrantes do Palácio do

Planalto, que acham que isso pode prejudicar a imagem do governo e do presidente.

Jader, que é ex-sócio de José Osmar Borges, acusado de fraudes na Sudam que está preso, seria alvo de pressões. Reservadamente, quase metade dos senadores defende o seu afastamento da presidência da Casa enquanto as denúncias são investigadas, como mostrou

pesquisa publicada ontem, pelo Estado.

Painel – Outra constatação de que há um entendimento entre os aliados foi o “pré-acordo” estabelecido por Jader para a condução das investigações de denúncias de violação do painel eletrônico. A “senha” foi dada por ele mesmo, que dividiu as apurações entre Corregedoria e Conselho de Ética do Senado.

Ontem à noite, a assessoria de Jader informou que ele só deve entregar amanhã a documentação que havia prometido na segunda-feira, para comprovar a sociedade com Borges. Com isso, Jader ganhou mais um dia. Ele

havia prometido entregar na terça-feira a declaração de Imposto de Renda de sua esposa, registrando a sociedade feita com Borges em 1996, declaração de IR de pessoa jurídica de sua fazenda, documentos do Inca que comprovavam a invasão das terras da agropecuária – causando sua desvalorização – e comprovação da origem dos recursos usados para aquisição da propriedade.

**JADER APÓIA
TRÉGUA, MAS
PEFELISTA
NÃO ACEITA**